

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



EDUCAÇÃO FÍSICA E CAPACITISMO

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

SILVA; Jonas Henrique Almeida da ¹

RESUMO

EDUCAÇÃO FÍSICA E CAPACITISMO

“Posso ser especial, mas não pela minha paralisia, e sim pelas minhas atitudes.” Ivan Baron - influencer digital e estudante de 23 anos (Fala em um vídeo em suas redes sociais).

Por volta do século IV a.C., duas concepções se notabilizavam. Por um lado, a concepção de educação Espartana, na qual a criança ficava em casa até os sete anos de idade para, a partir de então, receber uma educação pública e obrigatória que se destacava por atividades lúdicas até os doze anos e, com o passar do tempo, cedia espaço à Educação Física com rigores militares.

Por outro lado, havia a concepção de Atenas, que se impunha pela formação intelectual, além dos cuidados com a Educação Física, cuja função extrapolava o reducionismo militar dos espartanos, pois era direcionada à moralidade e à estética.

No Brasil, a Educação Física como área de produção e reprodução de conhecimento se estabeleceu historicamente numa relação de poder agindo ora como protagonista num projeto de “assepsia social” (Ghiraldeli Jr, 1988) através da tendência higienista; ora através da tendência militarista; ou influenciada pela tendência pedagogicista ou ainda influenciada pela tendência competitivista.

Vimos que todas as tendências da educação física serviram aos interesses das elites para manter o *status quo* e promover o capacitismo.

Portanto, pretendemos promover a discussão sobre as perspectivas de intervenção da educação física, no sentido de estabelecer a mudança do *status quo* e do capacitismo acreditando no ensino público como espaço-tempo de educação.

As propostas são tentativas de inserção da Educação Física como componente curricular, pois essa sempre esteve “ausente”.

Mas para legitimar a Educação Física apresentamos argumentos plausíveis para a sua inclusão e permanência no currículo, integrado e apoiado discursivamente na educação para a transformação.

É importante lembrar que a inserção desta disciplina no currículo só terá relevância com a reflexão das nossas ações, participação na luta no processo de transformação social, rompendo com o desprazer estabelecido, com a passividade que parece permanente, com a supervalorização do trabalho, com a Educação Física servindo para restabelecer a força de trabalho para uma maior produção dos trabalhadores e com a visão de construção do “corpo perfeito.”

Em termos gerais procurou-se historicamente legitimar a Educação Física via: a) contribuição para

¹ SEEDUC e SME/RJ; Membro do grupo de estudos EscolaR (FEF/UNICAMP) e do Observatório sobre Inclusão em Educação e Direitos Humanos - UFF, professorjonashenrique@gmail.com

o desenvolvimento da aptidão física para a saúde; b) contribuição para o desenvolvimento integral da criança e, neste sentido, a contribuição (específica) da Educação Física era principalmente o domínio psicomotor ou motor; c) contribuição para a massificação esportiva e detecção de talentos esportivos (a famosa base da pirâmide).

Nas aulas de Educação Física, geralmente identificava-se o professor desenvolvendo seu trabalho de forma mecânica, repetitiva, reproduzindo os mesmos testes no início e no final dos períodos letivos, ao longo dos anos. Esse mesmo professor “planejava” as aulas segundo uns modelos estanques, independentes do Projeto Político-Pedagógico, que poderia ser resumido em: correr em coluna, por um ou por dois, no sentido anti-horário, um determinado número de voltas ao redor da quadra – essa fase denominada aquecimento; realizar uma série de exercícios ginásticos localizados, no modelo e ritmo do professor e uma prática desportiva na fase da aula denominada principal. A este problema inicial, surgem questões inquietantes, a saber: Por que razões a Educação Física escolar está historicamente enraizada nas meras práticas? A Educação Física tem transformado algo no seio da sociedade ao longo deste tempo ou ela tem-se prestado a servir de mascaramento ideológico, onde a inconsciência ocupa o lugar da consciência crítica?

Mas o que é esse tal capacitismo? O termo é relativamente novo na língua portuguesa, mas o seu significado remete a algo vivenciado desde sempre pelas pessoas com deficiência. O termo “capacitismo” não se encontra na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), mas esta orienta quanto às discriminações em relação às pessoas com deficiência, que devem ser encaradas como violações de direitos, conforme Art. 4º (Brasil, 2015):

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Simplificando, capacitismo é o preconceito que discrimina pessoas por sua condição de pessoa com deficiência. Trazendo a voz das pessoas com deficiência para o debate, como preconiza o lema “Nada sobre nós sem nós”, reunimos algumas falas e materiais complementares que irão ajudar no entendimento desse conceito.

O capacitismo está no mesmo patamar do racismo e de outros ismos, infelizmente, restrito aos que sofrem o preconceito. De acordo com a ativista pelos direitos humanos Angela Davis, no seu livro “Mulheres, raça e classe”, de 1981, “numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. E pegando emprestado de Angela Davis, afirmamos que precisamos ser anticapacitistas.

Não se deve desprezar a importância dos recursos de acessibilidade que são necessários aos espaços educacionais, mas também é indicada a prática da acessibilidade atitudinal, de forma a possibilitar a inclusão de um número expressivo de pessoas, com suas diversidades e necessidades específicas de atendimento.

A especialista Camila Alves, em seu livro *E se experimentássemos mais? Contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais*, alerta para o fato de que trabalhar com acessibilidade está além de lidar com questões técnicas, manuais e recursos de tecnologia assistiva. Trabalhar com acessibilidade requer trabalhar COM e não PARA. Desse modo, como garantir a acessibilidade e a diversidade na vida educacional? E como as aulas de Educação Física podem contribuir na luta contra o capacitismo? Uma das maneiras mais eficazes e simples pode estar em investir na acessibilidade atitudinal.

Muitos são os processos de formação, teóricos e práticos, realizados por espaços educacionais junto às suas equipes e colaboradores no que diz respeito ao aspecto atitudinal, com o objetivo de

qualificar a relação com seus públicos na experiência pedagógica. Dentre as temáticas abordadas nessas formações estão: orientação e mobilidade junto às pessoas cegas; recursos possíveis de comunicação com pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva; atitudes responsáveis com as pessoas com deficiência intelectual; e ações efetivas para com as pessoas com deficiência física, caso haja necessidade/solicitação.

A acessibilidade atitudinal, uma das dimensões da acessibilidade, tem se apresentado como força impulsionadora para todas as outras formas de acessibilidade. Além disso, a vivência da acessibilidade atitudinal é capaz de provocar pequenas mudanças, qualificando as iniciativas de promoção da cidadania das pessoas com deficiência nos espaços educacionais. Integrar o público com deficiência nos espaços educacionais, muitas vezes, depende mais de vontade do que de verbas. Ter empatia, solidariedade e atitude é de graça.

O aprendizado e a sensibilização para a acessibilidade atitudinal das pessoas, equipes e profissionais que integram os espaços educacionais, dentre outros, visam incentivar que sejam feitas ações para inclusão das pessoas com deficiência, não só como público, mas também como funcionários. Dessa forma, talvez, haja a possibilidade de quebrar a primeira barreira que impede o acesso dessa população ao uso do aparato educacional, além de propiciar que a sociedade em geral se habitue a conviver com pessoas surdas, pessoas cegas, pessoas com deficiência intelectual ou física, dentre outras, sem estranhamentos.

Estar no lugar certo na hora certa, estar disponível para ajudar, mesmo que para isso seja necessário solicitar a orientação da pessoa com deficiência sobre qual a melhor maneira de fazê-lo, isso é acessibilidade atitudinal. Esse tipo de atitude, educada e cordial, é visto com frequência no atendimento às pessoas não deficientes. Ocorre que, quando se trata de uma pessoa com deficiência, instantaneamente, algumas pessoas ficam paralisadas e não sabem o que fazer. Isso acontece por vários motivos, mas o principal deles é que essas pessoas não foram acostumadas a conviver com a diversidade.

Mudar as atitudes no convívio com às pessoas com deficiência, então, envolveria: estar em constante aprendizado; mudar a mentalidade; institucionalizar as regras e não as pessoas; não fazer só porque está na lei; não dizer que ser diferente é normal (capacitismo).

No Brasil, os espaços educacionais ainda estão se esforçando para atender o público com deficiência, seja pela adequação às leis, seja por meio de programas educacionais inclusivos. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República editou, em 2012, o Manual de Orientação e Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência, com o objetivo de “capacitar recursos humanos para o atendimento de todas as pessoas, com e sem deficiência, que compõem o público da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência” (Brasil, 2012, p. 2), trazendo dicas básicas, porém de suma importância, que reproduzimos aqui:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Para começar, é importante destacar que as palavras agem sobre as pessoas e podem ou não discriminar. O que dizemos mostra o que pensamos e em que acreditamos. Assim, em primeiro lugar, é preciso dizer que a nomenclatura correta a ser utilizada é “pessoa com deficiência”.

Não faça de conta que a deficiência não existe. Se você se relacionar com uma pessoa com deficiência como se ela não tivesse uma deficiência, você vai ignorar uma característica muito importante dela. Não subestime as possibilidades, nem superestime as dificuldades e vice-versa.

Todas as pessoas - com ou sem deficiência - têm o direito, podem, devem e querem tomar suas próprias decisões e assumir a responsabilidade por suas escolhas.

Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior. Provavelmente, por causa da deficiência, uma pessoa pode ter dificuldade para realizar algumas atividades, mas, por outro

lado, pode ter extrema habilidade para fazer outras.

A maioria das pessoas com deficiência não se importa em responder perguntas a respeito da sua deficiência. Assim, sempre que quiser ajudar ou estiver em dúvida sobre como agir, pergunte. E lembre-se: quando quiser alguma informação, dirija-se diretamente à pessoa e não a seus acompanhantes ou intérpretes.

Sempre que quiser ajudar, pergunte a forma mais adequada para fazê-lo e não se ofenda se seu oferecimento for recusado, pois, às vezes, uma determinada atividade pode ser mais bem desenvolvida sem assistência.

Se você não se sentir seguro para fazer alguma coisa solicitada por uma pessoa com deficiência, sinta-se à vontade para recusar. Neste caso, procure ou indique uma pessoa que possa ajudar.

Você não deve ter receio de fazer ou dizer alguma coisa errada. Aja sempre com naturalidade. Se ocorrer alguma situação inusitada, uma boa dose de delicadeza, sinceridade e bom humor nunca falham.

Ainda que nós, cidadãos conscientes do nosso dever em sociedade, saibamos da necessidade da inclusão dos grupos marginalizados, como pobres, negros, pessoas com deficiência e outros públicos, ter atitudes compatíveis com o nosso pensamento no dia a dia é mais difícil, ainda mais em termos profissionais.

Quebrar essas barreiras atitudinais, incentivar o diálogo e sensibilizar para a acessibilidade são deveres de toda a sociedade e, principalmente, de quem lida com o público em geral. Assim, espera-se que, os professores de Educação Física estejam aptos a se engajar na luta pela cidadania das pessoas com deficiência, tendo conhecimento da causa para atuar de forma efetiva em sua defesa, perseverar e replicar seus aprendizados com o máximo de pessoas que puderem, nunca se esquecendo do lema das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”.

Portanto, treinar pessoas para que estejam aptas a propor e buscar soluções que incluam as pessoas com deficiência é de suma importância para toda a educação inclusiva hoje no Brasil.

No movimento pelos direitos das pessoas com deficiência, o uso da terminologia correta também faz parte da luta política. Assim sendo, a forma adequada para ser usada nos dias de hoje é pessoa com deficiência, em vez de pessoa com necessidades especiais, pois “necessidades especiais” é um termo muito genérico. Por exemplo, uma pessoa com enfisema pulmonar que utiliza um cilindro de oxigênio tem uma necessidade especial, porém não será considerada pessoa com deficiência, a menos que também possua algum impedimento, conforme estabelece a definição trazida pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Vamos usar mais um exemplo de fácil entendimento. Uma pessoa com gravidez de risco precisa de cuidados especiais, tem algumas limitações, provavelmente, e deve evitar esforços físicos, tais como subir escadas e pegar peso. Poderá se beneficiar dos recursos de acessibilidade, como elevador e filas prioritárias, porém não é uma pessoa com deficiência.

O uso da palavra “pessoa” humaniza a condição limitante e não deixa que o indivíduo seja visto apenas por sua deficiência. Compreendemos que essa terminologia pode ser nova até mesmo para as pessoas com deficiência, porém a insistência em seu uso faz com que os direitos se consolidem e que as pessoas passem a ser respeitadas como seres humanos que são, independentemente de sua condição física ou intelectual.

Uma linguagem inadequada também pode ofender. Porém, não existe nomenclatura específica ou certa para se referir a uma pessoa com deficiência, pois a língua é viva e, por isso, passa por constante transformação com as modificações nas relações sociais. Ultimamente, inclusive, temos visto um crescente debate em torno do uso da linguagem neutra, com a colocação da letra “e” no final das palavras de gênero masculino ou feminino, como, por exemplo, em “todes” (e não “todas” ou “todos”).

Os defensores do uso da linguagem neutra argumentam que existem pessoas que não se identificam nem com o gênero feminino nem com o masculino: as chamadas pessoas não binárias,

que, portanto, querem/devem ser identificadas por uma nomenclatura neutra.

Por conta dessa questão, algumas pessoas começaram a utilizar, em seus textos, a letra “x” ou o símbolo “@” no final das palavras, escrevendo, então, “todxs” ou “tod@s”, como forma de universalizar o gênero. Ocorre que os programas de computador utilizados pelas pessoas cegas ou com baixa visão para leitura de textos não reconhecem as palavras escritas dessa forma. Ou seja: sem entrar no mérito dessa questão, o uso de determinadas grafias pode gerar falta de acessibilidade comunicacional.

Então como usar um tratamento digno e respeitoso, considerando a diversidade de pessoas existentes? Caso não saiba como se dirigir a alguém, seja uma pessoa com deficiência, uma pessoa não binária ou transgênero, sugerimos perguntar a ela como prefere ser chamada.

Você pode desenvolver uma linguagem que seja acessível e adequada seguindo algumas recomendações, tais como: Evitar diminutivos, tais como “ceguinho” ou “mudinho”; Evitar a palavra “inválido”; Evitar a infantilização; Evitar termos como “retardado”, “anão”, “aleijado” etc.

Então, o que seria uma linguagem adequada? Seja qual for o resultado final, é importante se certificar de que a linguagem que você usará seja: Descritiva (ex.: pessoa cadeirante, pessoa cega); Clara e de fácil compreensão (ex.: tem uma deficiência auditiva ou uma dificuldade na fala, por exemplo, para pessoas com paralisia cerebral); Não emotiva (sem uso de “sofre de...” ou “vítima de...”); Respeitosa (que seja orientada por pessoas com deficiência e que incorpore a perspectiva do modelo social da deficiência).

E lembre-se: na dúvida, pergunte como a pessoa gostaria de ser chamada! Evite falar “o deficiente”, preferindo “pessoa com deficiência”. Use “pessoa em cadeira de rodas” em vez de “cadeirante” e “pessoa surda” em lugar de “deficiente auditivo”, mas isso não é uma regra.

Como já citado anteriormente, muitas pessoas surdas ou ensurdecidas também não se consideram deficientes auditivas, por entenderem que essa é uma visão médica da deficiência, que cita a falta, o déficit. Em vez disso, essas pessoas se veem como uma comunidade com língua e cultura próprias. Porém, como forma de garantia de direitos, as pessoas surdas são consideradas pessoas com deficiência.

Fazer uso da nomenclatura correta para designar as pessoas surdas é muito importante. O termo surdo-mudo, por exemplo, é arcaico e incorreto, pois o fato de a pessoa ser surda não implica que ela seja muda. Os surdos podem emitir sons, e alguns, inclusive, como os oralizados, aprendem a falar.

Importante frisar que algumas pessoas com deficiência também utilizam termos que são considerados pejorativos ou depreciativos, resultado do tempo de exclusão a que foram submetidas. Porém, cabe ressaltar que as discussões em torno dessas terminologias pairam muito mais entre os estudiosos do tema do que, necessariamente, entre as pessoas com deficiência. A nomenclatura também muda na medida em que avançam os estudos e a luta dos movimentos de direitos da pessoa com deficiência, por isso o correto é sempre perguntar à pessoa como ela deseja ser chamada. Não é vergonha não saber como se dirigir ou atender uma pessoa com deficiência. Quando estamos dispostos a praticar a acessibilidade atitudinal, deixamos o constrangimento de lado e pedimos auxílio à própria pessoa para podermos agir. O que não podemos é fingir que ela não existe.

Nas aulas de Educação Física escolar, geralmente identificava-se o professor desenvolvendo seu trabalho de forma mecânica, repetitiva, reproduzindo os mesmos testes no início e no final dos períodos letivos, ao longo dos anos. Esse mesmo professor “planejava” as aulas segundo uns modelos estanques, independentes do Projeto Político-Pedagógico, que poderia ser resumido em: correr em coluna, por um ou por dois, no sentido anti-horário, um determinado número de voltas ao redor da quadra – essa fase denominada aquecimento; realizar uma série de exercícios ginásticos localizados, no modelo e ritmo do professor e uma prática desportiva na fase da aula denominada principal.

Concluimos que os resultados da Educação Física na escola são ações com trabalhos repetitivos, falta de fundamentação teórica e conseqüentemente gera-se a falta de legitimidade da disciplina e

reforçando a exclusão das pessoas com deficiência nas aulas.

Diante desta realidade devemos trabalhar a Educação Física numa perspectiva de transformação, rompendo com os padrões impostos pela classe dominante do esporte de rendimento.

E de acordo com Pimenta (1999), “não basta produzir conhecimento, é preciso produzir condições de produção do conhecimento”.

E ainda de acordo com Pimenta (1999, p.22):

...a escola (e os professores) tem um grande trabalho a realizar com as crianças e os jovens, que é proceder à mediação entre a sociedade da informação e os alunos, no sentido de possibilitar-lhes pelo desenvolvimento da reflexão adquirirem a sabedoria necessária à permanente construção do humano.

Mas ainda encontramos algumas cadeias de resistência para manter o modelo tradicional: a direção, a coordenação, professores/as, pais e alunos/as.

Mesmo com essas dificuldades encontramos uma realidade da Educação Física na escola na qual os/as alunos/as consideram a disciplina como preferida, crescendo assim, a sua importância; existe uma prática pedagógica diversa com diferentes exigências sobre o perfil do/a professor/a; aconteceram também alguns avanços em políticas públicas, na produção acadêmica, na sistematização dos conteúdos com propostas advindas de algumas abordagens da Educação Física e por fim com a construção de alguns materiais didáticos.

Assim, vimos neste trabalho que as deficiências estão, na verdade, no despreparo e na falta de comprometimento da sociedade para lidar com a diversidade existente.

A Educação Física na perspectiva inclusiva

No seguimento de grandes investigações efetuadas, algumas delas sobre a responsabilidade da UNESCO, decorrem conferências e compromissos internacionais, como o Fórum Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990), as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993), a Declaração de Salamanca (1994), a Carta do Luxemburgo (1996), o Enquadramento da Ação de Dakar (2000) e a Declaração de Madrid (2002), que preconizam a “educação para todos”, uma “educação inclusiva” promotora do sucesso de todos e de cada um, assente em princípios de direito e não de caridade, igualdade de oportunidades e não de discriminação, seja ela positiva ou negativa.

Embora os compromissos internacionais, assumidos pelos políticos, sejam muito importantes, eles não desencadeiam, por si só, práticas diferentes nas comunidades a que se dirigem. Dos compromissos às políticas que operacionalizem os meios humanos e materiais e a mudança de mentalidades para a sua concretização vai uma grande distância, mas tudo passa, em grande parte, pelo empenhamento político e a gestão eficaz do sistema. A educação inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala de aula instrumentos diferentes dos que têm vindo a ser utilizados. Era nisso que acreditava Célestin Freinet quando trabalhava para uma outra escola, uma escola para dar uma resposta adequada aos seus alunos, por vezes pobres e marginalizados pelo sistema, uma escola que podia fazer dos alunos indivíduos autónomos e críticos. O professor, se é sensível à diversidade da classe e se acredita que esta diversidade é um potencial a explorar, tem necessidade de conhecer os seus alunos, do ponto de vista pessoal e “socioantropológico” (Cortesão & Stoer, 1997), o que fará através da recolha de dados que vão permitir refletir sobre as características pessoais e socioculturais para as considerar quando trabalha; tem também necessidade de um saber pedagógico (Cortesão, 2003) que lhe vai permitir conceber diapositivos de diferenciação pedagógica adequados às características, interesses, saberes e problemas dos alunos. Esta maneira de agir do professor, muito próxima da investigação-ação, do professor reflexivo (Zeichner, 1993), do professor investigador, investigador da sua sala de aula (Estrela, 1986, Teodoro, 2001), vai desencadear uma atitude reflexiva e crítica sobre o ensino/aprendizagem e sobre as condições do processo de aprendizagem, não permitindo a tão

criticada “educação bancária”, na expressão de Paulo Freire. A Agência Europeia para o desenvolvimento da educação das pessoas com necessidades educativas especiais, depois de uma investigação, tendo por base estudos de caso realizados em quinze países e da visita de peritos a tantos outros, apresenta exemplos de estratégias que podem ser postas em prática para construir classes mais inclusivas: o trabalho cooperativo, a intervenção em parceria, a aprendizagem com os pares, o agrupamento heterogéneo e o ensino efetivo. Tudo isto para se fazer uma verdadeira diferenciação pedagógica inclusiva.

A inclusão possibilita repensar a cultura escolar estruturada a partir da organização da educação especial como sistema paralelo ao ensino regular, que fez persistir por muitos anos a ideia de que os alunos com deficiência não têm lugar na escola comum, ou que devem se preparar para estar nela. Esta abordagem exige uma postura ativa de orientação aos sistemas de ensino para o desenvolvimento de programas de formação de professores e para a construção de projetos pedagógicos inclusivos na perspectiva da flexibilidade, heterogeneidade e não atrelamento aos padrões pré-estabelecidos, contemplando a diversidade e favorecendo a inclusão educacional.

Segundo Mantoan (2002, p.97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

O espaço educativo deve trabalhar o crescimento que há no convívio com as diferenças, somos todos/as diferentes, mas precisamos uns dos outros, e se passarmos a conviver com as diferenças desde a escola, mais tarde as barreiras com relação ao preconceito enfrentado pela deficiência serão mínimas. Como professores/as, a maior vitória é garantir a todos o direito à educação, e permitir o convívio harmonioso com as crianças deficientes e não deficientes.

Para o educador faz-se necessário conhecer os graus de deficiências de seus alunos/as e alguns sinais que ajudam a identifica-lo, pois assim, o mesmo poderá elaborar propostas inclusivas e significativas para seus aprendentes e orientar os pais.

Segundo Brandenburg e Lückmeier (2013, p184):

O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve a revelação de uma escola eficiente, diferente, solidária e democrática em que a multiplicidade os leva a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão, ou seja é necessário incluir para desenvolver.

O desafio não está somente nas características do/a aluno/a com deficiência ou no diálogo entre família e educador/a. A viabilização financeira dos métodos especializados de ensino também é um problema. Pois por meio deles, é possível reduzir a incidência de comportamentos inadequados e ajudar o aluno na organização do seu dia a dia, bem como na tarefa de se comunicar com os outros e de ingressar em qualquer espaço. No entanto, são metodologias caras de serem implantadas. Além de ser necessário profissionais qualificados, o que ainda é um pequeno número no país.

A Educação Inclusiva é o grande desafio de todos/as os/as que trabalham em educação. No mundo do individualismo e da competição individual sempre frenética e usando, por vezes, estratégias pouco éticas para si e para os outros, é muito difícil pensar e falar numa sociedade mais humana. Se não é tão raro quanto isso sermos testemunhas de discursos ou práticas que preconizam a “eliminação de...” para o sucesso dos que são considerados/se consideram melhores, como inverter a corrente? Essa quase incapacidade de assumir e integrar a diferença, a nossa e a dos outros, com profundas raízes culturais, tem sido, ao longo dos tempos, o fator desencadeador das

enormes atrocidades que têm sido feitas aos “diferentes”. A tendência normalizadora da sociedade, e as leis que para isso inventa, tem marginalizado e continua a excluir uma boa fatia dos seus cidadãos, sempre em nome de “grandes princípios” que dão grandes oportunidades aos que os estipulam. Mas, se de diferença se fala, a diferença estará certamente na capacidade de refletir sobre tudo isto e de agirmos diferentemente com a nossa e com a diferença dos outros. Uma metodologia centrada na investigação-ação permite-nos operacionalizar uma diferenciação curricular e pedagógica inclusiva ao invés de uma diferenciação que retoma e reforça a uniformidade, a exclusão.

Nossa metodologia toma como princípio de ação a premissa “Nada sobre Nós, sem Nós” que transita pelo reconhecimento do público alvo como princípio ético de alteridade procurando entender as demandas do outro que não somos nós. Mas, também, utilizamos os princípios humanistas da Educação Inclusiva através de uma intervenção. Sob essa perspectiva, o conhecimento se constrói como processo no próprio percurso e nas relações que rompem com a dicotomia do aluno/professor.

Quando se opta por abrir a porta da escola para todos/as, é preciso repensar o fazer pedagógico, de modo que as portas não sejam somente abertas, mas que tenham o acolhimento e a busca de recursos que contribuirão para a plena participação de todos/as. Ao utilizar os recursos da Educação Inclusiva é propiciado que ninguém seja excluído no dia a dia da escola.

Então vejamos: se existe um desejo de aumentar a frequência e o desfrute da educação inclusiva brasileira, não se pode desprezar nenhum público. Para tal, são necessárias algumas normas técnicas que indiquem como esses espaços devem estar acessibilizados. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) editou a Norma Brasileira 9050 (NBR 9050/2015), que define as especificações para a acessibilidade de edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos. Além dessa, a ABNT também possui uma série de outras normas que indicam como assegurar a acessibilidade em comunicação na televisão, nos transportes públicos etc.

Para o sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2003, p. 458), “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. Cabe ressaltar que os recursos de acessibilidade não atendem apenas pessoas com deficiência, mas também pessoas idosas, gestantes, com crianças de colo, disléxicas, iletradas, além de pessoas temporariamente incapacitadas por doenças ou acidentes.

Para a garantia de direitos, é preciso que a pessoa com deficiência abdique do direito à sua privacidade e ao anonimato. Esse fato ocorre explicitamente com a comunidade surda, que não se considera um grupo de pessoas com deficiência (visão do modelo médico), mas como um grupo/comunidade que possui língua e cultura próprias.

Kunz (2001) defende que a Educação Física numa perspectiva crítico-emancipatória deve procurar desenvolver três níveis de competências nos alunos: a técnica (prática / trabalho), a social (interação) e a linguística. Para o autor, a Educação Física não deve centrar-se apenas nas competências técnicas e sociais, mas desenvolver a linguagem (não apenas corporal) baseada na comunicação crítica e reflexiva sobre as questões sociais, políticas, ideológicas, culturais..., que permeiam a prática das diversas manifestações corporais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Cultura Corporal; Capacitismo; Legitimação; Inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Araújo. E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2016_d_Camila.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações,

mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2015.

BRANDENBURG, L. & LUCKMEIER, C. A História da Inclusão x exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusiva. Anais do Congresso Estadual de Teologia, v. 1. Acesso em 20 de set. de 2021, de <http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologiars/article/viewFile/191/149>.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Manual de orientação e apoio para atendimento às pessoas com deficiência. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <https://epge.fgv.br/files/default/manual-de-orientacao-e-apoio-para-atendimento-pcd.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

CORTESÃO, L. Cruzando conceitos. In David Rodrigues (org.), Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Porto Editora. 2003.

CORTESÃO, L. & STOER, S. Investigação-ação e produção de conhecimento no âmbito de uma formação de professores para a educação intermulticultural. Educação, Sociedade e Culturas, 7, 7-28. 1997.

ESTRELA, A. Teoria e prática de observação de classes - uma estratégia de formação de professores. (2ª edição). Lisboa: INIC. 1986.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. Educação Física Progressista. Ed. Loyola, São Paulo, 1988.

PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudanças. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Moderna. 2002.

SANTOS, B. de S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Cultura Corporal, Capacitismo, Legitimação, Inclusão